

UMA ALUNA SECUNDARISTA CONTRA O ESTADO NOVO EM PORTUGAL:

Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira e seu embate com Alfredo Pimenta
sobre o ensino de História em meados da década de 1930

A high school student against the Estado Novo in Portugal: Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira and her clash with Alfredo Pimenta over the teaching of History in the mid-1930s

Una estudiante de secundaria contra el Estado Novo en Portugal: Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira y su enfrentamiento con Alfredo Pimenta sobre la enseñanza de la Historia a mediados de los años 1930

MACIONIRO CELESTE FILHO

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. E-mail: macioniro.celeste@unesp.br.

Resumo: Em 1935, no início do Estado Novo em Portugal, na principal instituição formadora de professores do país, a Escola do Magistério Primário de Lisboa, uma aluna secundarista, Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira, apresentou conferência na qual defendia um ensino da História em patamares que propiciassem uma visão democrática de mundo. Ela criticou Alfredo Pimenta, historiador ligado ao regime, e foi expulsa dessa escola. É objetivo deste trabalho possibilitar a compreensão de visões de História e, portanto, de sociedade, que conviviam, em meados da década de 1930, com a concepção autoritária de mundo, em implantação crescente pelo Estado Novo. A metodologia utilizada foi a de análise dos poucos textos encontrados sobre o ocorrido. As lacunas documentais foram preenchidas com fontes secundárias, como a imprensa da época e cartas de um dos protagonistas. Isso, em paralelo à pesquisa bibliográfica que deu suporte à compreensão do tema.

Palavras-chave: ensino de história; formação de professores; educação autoritária; história da educação.

Abstract: In 1935, at the beginning of the Estado Novo in Portugal, at the main teacher training institution in the country, the Escola do Magistério Primário de Lisboa, a high school student, Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira, presented a conference in which she defended the teaching of History in levels that would provide a democratic vision of the world. She criticized Alfredo Pimenta, a historian linked to the regime, and was expelled from that school. The objective of this work is to enable the understanding of views of History and, therefore of society, which coexisted, in the mid-1930s, with the authoritarian conception of the world, increasingly implemented by the Estado Novo. The methodology used was to analyze the few texts found about the event. Documentary gaps were filled with secondary sources, such as the press of the time and letters from one of the protagonists. This was done in parallel to bibliographic research that supported the understanding of the topic.

Keywords: history teaching; teacher training; authoritarian education; history of education.

Resumen: En 1935, en los inicios del Estado Novo en Portugal, en la principal institución de formación docente del país, la Escola do Magistério Primário de Lisboa, una estudiante de secundaria llamada Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira presentó una conferencia en la que defendió la enseñanza de la Historia en niveles que hubieran permitido una visión democrática del mundo. Criticó a Alfredo Pimenta, historiador vinculado al régimen, y fue expulsada de esa escuela. El objetivo de este trabajo es posibilitar la comprensión de visiones de la Historia y, por tanto, de la sociedad, que coexistieron, a mediados de la década de 1930, con la concepción autoritaria del mundo, cada vez más implementada por el Estado Novo. La metodología utilizada fue analizar los pocos textos encontrados sobre el incidente. Los vacíos documentales se llenaron con fuentes secundarias, como la prensa de la época y cartas de uno de los protagonistas. Esto, en paralelo a la investigación bibliográfica que apoyó la comprensión del tema.

Palabras clave: enseñanza de la historia; formación de profesores; educación autoritaria; historia de la educación.

INTRODUÇÃO

Na década de 1930, o autoritarismo cavalgava célere pelo mundo. Foi assim também em Portugal. O país transformava então uma ditadura militar iniciada em 1926 num Estado constitucional, mas não democrático, o chamado Estado Novo. Nele, desde 1933, havia um arranjo institucional autoritário, onde Salazar, posteriormente o perene líder, se tornara um chefe de governo despótico, agora numa espécie de ditadura civil com alguma atividade parlamentar. Naquele momento, ainda havia resistência ao Estado Novo. Era impossível antever que ele duraria até 1974. Os anos iniciais do Estado Novo foram dúbios, pois se saía de uma ditadura militar, mas não se retornava a uma democracia civil. Essa dubiedade causava atos contraditórios dos grupos que tentavam se contrapor ao autoritarismo crescente. Neste artigo, será apresentada uma dessas ações. Em 1935, na principal instituição formadora de professores de Portugal, a Escola do Magistério Primário de Lisboa, uma aluna secundarista apresentou palestra na qual defendia um ensino da História em patamares que propiciassem uma visão democrática de mundo. Isso, num período em que o Estado Novo iniciava a repressão a qualquer pensamento dissidente ao autoritarismo que se propunha para a sociedade portuguesa. O resultado para a palestrante foi catastrófico. Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira foi expulsa da escola dois meses após sua conferência. Contudo, tais acontecimentos legaram a nós a possibilidade de vislumbrar as tensões e resistências que o autoritarismo do Estado Novo não conseguia ainda reprimir.

Pretendia-se originalmente acompanhar os argumentos que justificaram a expulsão da aluna através das Atas do Conselho Escolar. Ou, talvez, encontrar arquivado o próprio processo de expulsão. No Arquivo Histórico da Escola do Magistério Primário de Lisboa, para o período inicial do Estado Novo, foi preservado o Livro de Atas do Conselho Escolar, compreendendo o período de 1930 a 1934; irrelevante para a atual pesquisa. Para os decisivos anos finais de seu funcionamento, 1935 e 1936, antes do encerramento das atividades da escola por seis anos, não foram preservadas as atas do Conselho Escolar (Pintassilgo & Pedro, 2012). Foi executada exaustiva busca nas 175 páginas do Inventário do Arquivo Histórico. Um ou outro documento secundário foi consultado, mas nada de relevante foi encontrado envolvendo o processo de expulsão da aluna Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira. O processo de expulsão ou outros documentos referentes a Carmina Ferreira foram buscados nos Arquivos da Torre do Tombo, no Arquivo Municipal de Lisboa, nos arquivos da Fundação Mário Soares, nos arquivos do Centro de Documentação e Informação da Direção-Geral da Educação de Portugal e nos Serviços de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência de Portugal. Nada foi encontrado. Numa última tentativa, buscou-se contato com uma atual familiar dela, que morava recentemente em Amadora, nas cercanias de Lisboa: a senhora Fernanda Isabel da Silva Palyart Ferreira. Esta tentativa também foi infrutífera. Como

fonte subsidiária para a contextualização do período, pesquisou-se o jornal *Diário de Lisboa*, por todo o primeiro semestre de 1935. Portanto, o atual artigo foi elaborado com documentação escassa sobre os acontecimentos narrados.

As lacunas documentais poderiam inviabilizar a análise dos conflitos relatados. Em parte, esse prejuízo é incontornável, a não ser que futuramente novos documentos sobre o ocorrido sejam localizados. Buscou-se minorar tal deficiência no que se refere à documentação da Escola do Magistério Primário de Lisboa com fontes secundárias. Nesse sentido, foi pesquisada nos arquivos portugueses a correspondência pessoal dos protagonistas envolvidos. Quanto às ações de Alfredo Pimenta, isso foi muito elucidativo. Aprofundando esse caminho, prestou-se especial atenção ao que o jornal *Diário de Lisboa* tratou no período sobre ele.

Percebe-se que Alfredo Pimenta utilizou da perseguição a Carmina Ferreira e a seu pai como alavanca para se tornar o protótipo do intelectual representante do Estado Novo. Ele puniu exemplarmente adversários frágeis. No entanto, tal ato demonstrou sua liderança intelectual no cada vez mais autoritário regime salazarista.

O artigo é relevante por apresentar na prática como um intelectual ascendeu institucionalmente ao aderir de maneira explícita a um regime autoritário. Para tanto, outras pessoas, como uma aluna secundarista ou seu pai, identificados com a democracia liberal, foram punidos categoricamente. No meio disso, usou-se das visões conflitantes sobre o ensino da História como arena da disputa de concepções de mundo divergentes. O texto entrelaçou exemplos concretos de pessoas agindo nesse vórtice de poder em ebulição no nascente Estado Novo. O autoritarismo de um regime não se reforça no vácuo. O artigo apresenta como disputas intelectuais podem ser elementos de resistência ou de aceleração de regimes autoritários. Os acontecimentos narrados são úteis para a compreensão das relações entre disputas aparentemente sutis sobre o ensino da História e a construção efetiva do autoritarismo.

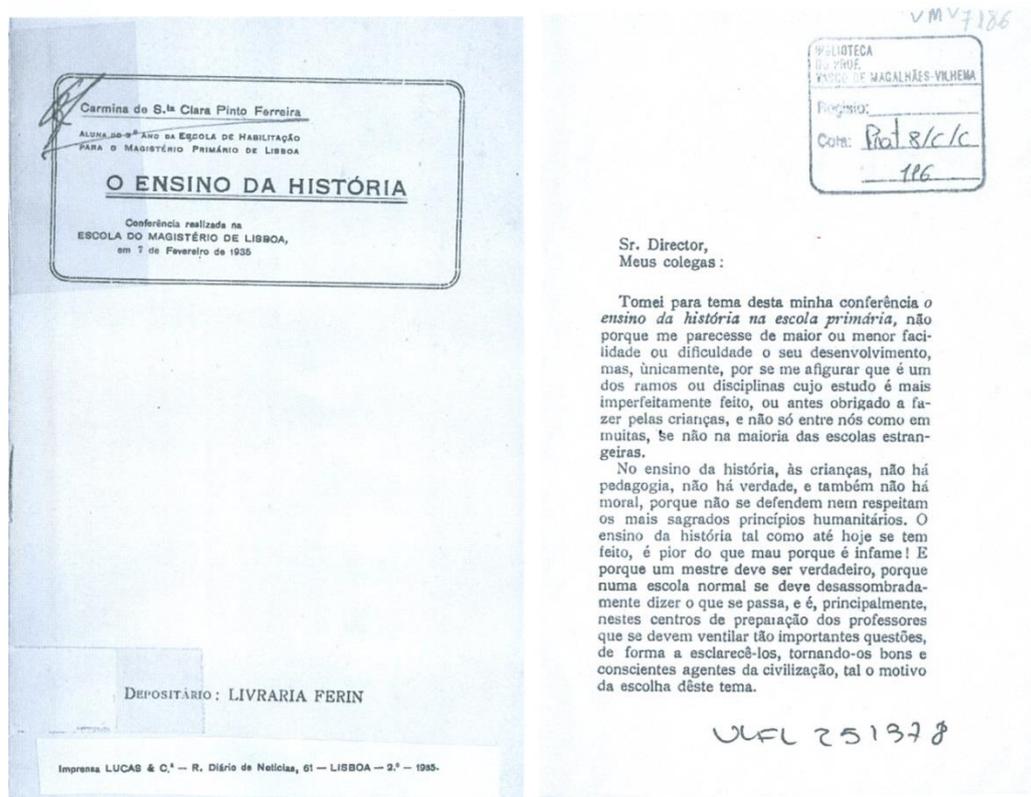
É objetivo deste artigo possibilitar a compreensão de visões de História e, portanto, de sociedade, que conviviam, em meados da década de 1930, com a concepção autoritária de mundo, em implantação crescente pelo Estado Novo. A metodologia utilizada foi a de análise dos poucos textos encontrados sobre o ocorrido. As lacunas documentais foram preenchidas com fontes secundárias, como a imprensa da época e cartas de um dos protagonistas. Isso, em paralelo à pesquisa bibliográfica que dá suporte à compreensão do tema.

A CONFERÊNCIA DE CARMINA FERREIRA SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA

Na formação de professores, era costumeiro que os alunos apresentassem oralmente, em aula, trabalhos que analisem os futuros conteúdos que irão ministrar. Não era diferente na Escola do Magistério Primário de Lisboa em meados da década de

1930. Em seu curso de habilitação para o magistério, Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira, em 7 de fevereiro de 1935, apresentou a conferência intitulada 'O ensino da história', tema sob responsabilidade do professor Manuel Múrias. Deveria ter sido algo corriqueiro. Ela provavelmente foi criticada e algumas de suas opiniões contestadas, como era praxe numa apresentação de trabalho oral. Contudo, algo inesperado mudou os rumos da vida acadêmica, pessoal e familiar de Carmina Ferreira. É que ela levou impressos à Escola e distribuiu alguns exemplares do trabalho apresentado, como pequeno livro de apenas 14 páginas, cuja capa e primeira página constam como Figura 1:

Figura 1 – O ensino da história



Fonte: Ferreira (1935, pp. 1-2). Preservado na biblioteca pessoal do Prof. Vasco de Magalhães-Vilhena e atualmente como acervo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A íntegra do texto está disponível pelo link informado posteriormente no atual artigo.

Era o início do Estado Novo. A repressão ao pensamento dissidente ao autoritarismo crescente em Portugal estava em seus primórdios. Carmina Ferreira não atentara suficientemente para as possíveis consequências de sua conferência na Escola do Magistério Primário de Lisboa, em fevereiro de 1935. Ela ainda acreditava que a liberdade de pensamento era algo preservado nessa instituição. Se fosse somente uma apresentação oral, o assunto teria morrido ali mesmo. No entanto, seu pequeno texto impresso possibilitou que ela fosse exposta à ira de Alfredo Pimenta, historiador citado em seu trabalho. Isso acarretou a expulsão de Carmina Ferreira de

sua escola, em abril de 1935. Também resultou, no mês seguinte, na exoneração compulsória de seu pai, Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira, da direção do setor educacional da Casa Pia de Lisboa.

A Escola do Magistério Primário de Lisboa era a denominação, desde 1930, da antiga Escola Normal Primária de Lisboa, em funcionamento em prédio próprio, no bairro de Benfica, desde 1918. Nele, atualmente funciona a Escola Superior de Educação de Lisboa, como ilustra a Figura 2:

Figura 2 – Atual Escola Superior de Educação de Lisboa



Fonte: Ferreira et al., (2018, p. 33).

A ambiência intelectual na Escola do Magistério Primário de Lisboa é importante para a compreensão dos acontecimentos aqui narrados, mas, no escopo de um artigo, não é possível concentrar o foco nessa instituição. Sua trajetória foi analisada exemplarmente por Joaquim Pintassilgo (2001, 2012, 2018), por Pintassilgo e Serrazina (2009), por Pintassilgo e Pedro (2012), por Pintassilgo e Mogarro (2015), e por Nuno Martins Ferreira (2017a, 2017b). No entanto, com a contribuição inestimável de Nuno Martins Ferreira, responsável pelo Arquivo Histórico dessa escola, buscou-se o máximo de documentação preservada sobre o ocorrido com Carmina Ferreira.

Sabe-se da expulsão de Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira, em abril de 1935, sob alegação de um artigo do regulamento da Escola referente a deficiências morais para o exercício do ensino, por ter sido divulgada pelo jornal clandestino *Avante!*, órgão do Partido Comunista Português. Tal fonte será abordada posteriormente.

O único estudioso encontrado a tratar dos acontecimentos envolvendo a Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira foi o Prof. Moreirinhas, como ainda é carinhosamente chamado pela equipe do Arquivo Histórico da Escola do Magistério Primário de Lisboa. Dentre os mais antigos membros desta equipe, é consenso de que a preservação do acervo documental ali existente somente foi possível devido aos

esforços do Prof. Moreirinhas durante o período conturbado para a instituição, logo após a Revolução dos Cravos. Há depoimento dele que trata brevemente do assunto (Pinheiro, 2009). Para mais informações sobre esse professor, é apropriado consultar o trabalho de Nuno Martins Ferreira (2017b). Nas palavras de Joaquim Pintassilgo (2018, p. 79):

José Eduardo Moreirinhas Pinheiro (1923-2017) entrou para a Escola do Magistério Primário de Lisboa em 1958, [...] torna-se, nesta fase, a grande referência do ensino da Didática Especial na instituição. [...] Chegou a ser, embora por um curto período, entre 1976 e 1977, Diretor da Escola.

Em seu texto sobre o ocorrido em 1935 com Carmina Ferreira, o Prof. Moreirinhas Pinheiro (2001) traz dois dados biográficos importantes. Que ela nascera em Lisboa, em 7 de dezembro de 1911. E, informação preciosa, que ela era filha de Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira, importante educador, em atividade naquela época na Casa Pia de Lisboa.

O curso de preparação para o magistério primário tinha três anos de duração. Na seleção anual dos 36 alunos ingressantes, dava-se preferência a candidatos que já tivessem concluído os sete anos do curso secundário liceal português. Isto é, os cinco anos do curso liceal geral e os dois anos dos cursos complementares. Ou, ao menos, os cinco anos do curso liceal geral. Portanto, a idade dos alunos do curso de magistério era superior à dos demais alunos secundaristas. Carmina Ferreira tinha 23 anos quando ministrou sua conferência. Ela estava então no último ano do curso. Portanto, sua palestra era atividade prevista nas normas estabelecidas em 1932 para concluir o Magistério:

O diretor de cada escola promoverá a realização de cursos e conferências destinados aos alunos da 3ª classe. [...] Têm por fim sintetizar e coordenar os conhecimentos adquiridos durante o período, devendo ser organizados de modo a não constituírem simples repetição da matéria dada, e a revelarem a capacidade de trabalho e a originalidade de cada aluno, e ainda a consciência com que cada um prossegue nos estudos (Decreto nº 21.695, 1932, p. 1.966).

Não há certeza de que a conferência de Carmina Ferreira em 7 de fevereiro de 1935 tenha sido fiel ao que foi impresso no formato de livro. Mas somente contamos com esse último como fonte histórica. Feita a ressalva, o que essa conferência apresentou aos alunos e, possivelmente, professores da Escola do Magistério Primário de Lisboa? O que tal conferência, de uma jovem aluna secundarista, propicia na compreensão de como se almejava ensinar História diferentemente do que se propunha pelo Estado Novo? Além disso, pelas referências a outros autores em sua

palestra, é possível averiguarmos quais eram algumas das ideias pedagógicas que circulavam na formação do magistério em Portugal em meados da década de 1930.

No início de seu texto intitulado *O ensino da história*, Carmina Ferreira justifica seus motivos para a escolha do tema da palestra devido à sua pertinência na formação para o magistério:

Um mestre deve ser verdadeiro, porque numa Escola Normal se deve desassombradamente dizer o que se passa, e é, principalmente, nestes centros de preparação dos professores que se devem ventilar tão importantes questões, de forma a esclarecê-los, tornando-os bons e conscientes agentes da civilização, tal o motivo da escolha deste tema (Ferreira, 1935, p. 3).

Num esforço em mostrar-se apta ao debate, a rever suas conclusões, em diálogo com o corpo docente, a autora afirma:

A Vossa Excelência, senhor professor desta escola, peço encarecidamente a competente opinião e bom conselho, se, contrariamente ao que penso, estou em erro (Ferreira, 1935, p. 4).

A estratégia narrativa da conferência foi a de usar referências a autores que dessem caráter de autoridade à abordagem adotada sobre o tema e intercalar com as análises e afirmações contundentes da própria Carmina Ferreira. Não é provável que Carmina Ferreira tenha apresentado autores que fossem desconhecidos pelos presentes à conferência; isto inviabilizaria o reforço de autoridade intelectual que se buscava ao mencioná-los. Portanto, os autores citados deviam fazer parte das leituras canônicas do que se aprendia como teorias pedagógicas relevantes na formação do magistério primário em Lisboa.

A ideia inicial do texto é a de combater os procedimentos pedagógicos de aprendizagem calcados privilegiadamente na memorização de conteúdos. Para embasar tal argumento, o primeiro autor citado foi Gaston Richard¹ (1913). A parte mencionada foi a do terceiro capítulo do livro abordado, intitulado 'O automatismo psicológico e a consciência reflexiva na educação'. Nele, há a principal análise de Richard sobre a teoria pedagógica apresentada na obra de Roberto Ardigò (1903), embora este autor seja a principal referência no livro inteiro de Richard. O que mais atraiu Carmina Ferreira em Richard foi a aproximação feita por ele entre a sociologia e psicologia, tendo como vetor disso a educação, bem como a convergência entre uma visão orgânica de sociedade e o papel sociológico que a educação exerce na formação

¹ Gaston Richard foi aluno de Émile Durkheim, sendo seu sucessor na cátedra de Sociologia na Universidade de Bordéus. No entanto, nos primeiros anos do século XX, rompeu com a tradição sociológica do mentor. Buscou diminuir as fronteiras entre a Sociologia e a Psicologia. Dentre diversos estudos sobre o tema, pode-se consultar o trabalho de Laurent Mucchielli (2001).

dessa organicidade². É provável que Carmina Ferreira tenha sido influenciada pela abordagem de Richard exemplificada a seguir:

A educação assim entendida [a qual forma o cidadão de uma sociedade civilizada] é uma formação natural, tão natural como a do organismo. Ocorre num meio definido que é sempre social, ou, melhor dizendo, o cidadão útil de uma sociedade se forma naturalmente, passando por uma série de meios de cada um dos quais adquire algo. Esses meios são a família, a escola, os diferentes ambientes profissionais etc. [...] A educação é a que comunica ao indivíduo hábitos e habilidades capazes de enobrecê-lo e de torná-lo útil (Richard, 1913, p. 69)³.

Em seu combate ao ensino de História baseado somente na memorização da biografia dos soberanos, o qual Carmina Ferreira (1935) denominou de ‘método catequético’, a autora citou Herbert Spencer. Ele criticara tal tipo de ensino, pois ignorava a ciência social. Provavelmente, a menção que Carmina Ferreira fez à concepção de História em Spencer tenha sido baseada, dentre outras, nas seguintes passagens desse autor:

O nascimento, a morte e o casamento dos reis, e outras trivialidades históricas, são confiadas à sua memória [da criança], não porque tal ciência resulte qualquer benefício direto; mas porque a sociedade considera esses conhecimentos como fatos integrantes de uma boa educação; porque a ignorância desses fatos pode acarretar o desdém alheio (Spencer, 1901, p. 5)⁴.

O que constitui a História propriamente dita é na maior parte omitido nas obras que dela dizem tratar. Só nestes últimos anos é que alguns historiadores nos começaram a dar, às doses, conhecimentos de valor real. Como nos séculos passados o rei era tudo e o povo coisa nenhuma, assim nas passadas histórias os feitos do rei enchiam toda a tela, donde eram cuidadosamente varridas as manifestações da vida nacional. Só agora, que a ideia da felicidade das nações sobreleva a vaidade dos seus dirigentes, é que os escritores da história principiam a ocupar-se dos fenômenos do progresso social. A coisa que realmente mais nos importa saber é a história natural da sociedade. Precisamos de todos os fatos que nos elucidem sobre a maneira como uma nação nasce e se organiza pelas suas próprias forças (Spencer, 1901, pp. 48-49).

² Para uma síntese da visão orgânica de sociedade e suas interfaces com o debate educacional no início do Estado Novo em Portugal, é apropriado consultar Macioniro Celeste Filho (2022, pp. 8-11).

³ A tradução para o português é do autor do atual trabalho. A edição original, em francês, é de 1911. Não é possível saber qual foi a edição lida pela Carmina Ferreira. Para o atual artigo, consultou-se a edição espanhola.

⁴ A compilação de textos anteriores que deram origem ao livro ocorreu em 1861. Carmina Ferreira citou como sendo de 1859, provavelmente leu um dos textos avulsos publicados anteriormente, que formaram o livro de 1861. Para o atual artigo, consultou-se uma das primeiras edições brasileiras.

Calcada em Spencer⁵, Carmina Ferreira questionava quem eram os protagonistas sociais da História:

A criança vê os reis e os infantes, e não vê o povo; traz ao primeiro plano um homem por vezes incompetente e mau, e só lá em outro muito afastado, descortina a existência de certos que mourejaram e trabalharam pelo bem da humanidade (Ferreira, 1935, pp. 5-6).

A História ensinada somente com a memorização dos atos de sujeitos históricos sem significado palpável para a criança, os reis, provocava incompreensão da vida social. Isso acarretava uma visão anacrônica do tempo histórico:

Na sua mente, o aluno veste Afonso Henriques como se vivera neste século ou outro próximo, e fá-lo passear, já não digo de automóvel mas num lindo carro, pelas ruas de Lisboa que ele vê da mesma forma como nos tempos da conquista, porque para o pobrezito 1143 e 1935 são aproximadamente a mesma coisa (Ferreira, 1935, p. 6).

Usando como referência o educador italiano Giuseppe Lombardo-Radice⁶, Carmina Ferreira afirmou que a história de Portugal:

É a história que enaltece os feitos dos nossos, em detrimento dos feitos dos outros; a história que defende o assassinio e o roubo quando foi cometido pelos nossos; a história que só diz bem dos atos que os naturais praticaram ainda que eles sejam gravosos para a própria humanidade ou, quando conhecidos e devidamente apreciados, sejam a mácula de uma época, de um ou muitos homens que os praticaram ou consentiram.

[...]

Aponta-se o mouro como um inimigo feroz, um ladrão e um assassino, e, propositadamente, não se fala dos morticínios e latrocínios dos cristãos, nas infâmias dos “cruzados”, que só com a mira na pilhagem e na carnificina saíam de suas terras a demandar as dos “infiéis”, querendo fazer acreditar que combatiam pelas doutrinas de Cristo.

[...]

⁵ Dentre diversos outros textos, para uma visão do pensamento educacional de Herbert Spencer, pode-se consultar a síntese elaborada por Samuel Mendonça (2014).

⁶ Carmina Ferreira mencionou a obra *História-poema*, de Giuseppe Lombardo-Radice. Infelizmente, não foi possível localizar esse texto. Para uma síntese biográfica e análise das relações de Lombardo-Radice com as reformas educacionais durante o período fascista na Itália, principalmente em seus primórdios, é adequado consultar os trabalhos de José Silvério Baia Horta (2008, 2009).

Como é ensinada, a história não forma o caráter, não instrui: porque enaltecer a conquista, defender a guerra e glorificar o guerreiro é um “crime de lesa-humanidade” (Ferreira, 1935, pp. 7-9, grifo do autor).

Carmina Ferreira propôs então outra forma de ensino da História:

O que não se deve apresentar é a história pela biografia dos reis, mas sim apontando por forma que interesse a criança, os fatos que influíram não só na nossa civilização, como aqueles e aqueles homens que os praticaram, que tiveram influência na civilização da humanidade. (Ferreira, 1935, p. 11).

Ela exemplificou tal abordagem, uma mescla de história econômica com história do cotidiano:

No ensino da história não se alude [...] ao importantíssimo fato da introdução do algodão no país, época em que se realizou, consequências que trouxe à indústria e ao comércio, modificações que imprimiu no viver dos homens desses tempos; não se trata nem da primeira camisa nem do primeiro talher; não se alude à introdução da batata, do feijão e do milho, dessas três plantas salvadoras; não se descreve e compara a escola de ontem com a escola de hoje, a rua de ontem com a rua de hoje, a casa de ontem com a casa de hoje, a iluminação, os transportes, a vida, enfim (Ferreira, 1935, p. 7).

É mais conveniente ensinar às crianças o nosso papel como navegadores e intermediários nas permutas dos produtos naturais e industriais entre a Europa e as terras de além-mar, do que as conquistas (Ferreira, 1935, p. 11).

Se a conferência tivesse então se encerrado, é provável que a vida de Carmina Ferreira não tivesse sido afetada. Porém, como arremate de sua palestra, ela fez uma breve crítica aos livros de História de então. A maioria serviria para o ensino que ela pretendia, contanto que instrumentalizados de maneira inovadora. Contudo, ela nomeou o exemplo de livro de História que não deveria ser utilizado:

Todos os livros sérios, honestos, escritos em boa linguagem, servem; porém, e sem a menor hesitação, devem ser postos de parte aqueles não só que mentem, como esse vergonhoso ultimamente publicado pelo sr. Alfredo Pimenta, que tudo deturpa, mas também os que não dizem toda a verdade, os incompletos (Ferreira, 1935, p. 12).

Carmina Ferreira identifica no livro didático recém-lançado por Alfredo Pimenta o paradigma das concepções arcaicas, retrógradas, inadequadas no ensino da História. O autor, manipulando verdades factuais de maneira parcial, deturpava a história portuguesa.

Moreirinhas Pinheiro (2001) afirmou que o principal autor a influenciar a visão histórica de Carmina Ferreira fora Adolfo Lima, diretor da Escola Normal Primária de Lisboa entre 1918 e 1921 (Pintassilgo, 2017, p. 3); especificamente seu *O ensino da história*, título homônimo da conferência dela. Há alguns pontos convergentes sobre as relações do ensino da História e o enaltecimento da violência e da guerra:

Como um quadro de biografias, obedecendo a uma ordem mais ou menos cronológica, o ensino da História é um modelo de vacuidade. É um amálgama de descrições deficientes, mutiladas, sem cor, sem arte, dos reis e chefes (Lima, 1914, p. 9)

É o repertório sangrento da humanidade em que o assassinato em massa é heroicidade; a tirania e o despotismo, virtude, valor, nobreza, caráter. Virtude e valor tornam-se então sinônimos de destruição. Glorifica-se a lei do mais forte e o ódio ao estrangeiro (Lima, 1914, p. 15).

A mentalidade da criança forma-se e desenvolve-se nesta atmosfera facciosa e facínora. A pobre criança deslumbrada pelo espetáculo vistoso da guerra ou pela vaidade do mando é educada na falsidade, na ilusão patriótica, guerreira, livre-arbitrista e sobrenatural, através duma enfiada de datas e dum rosário de nomes celebrizados à força de se falar muito deles (Lima, 1914, p. 17).

Ao entendimento da criança não surge a diferença das épocas presente e passada: e para ela o acontecimento tanto poderia ter sucedido no próprio dia em que é contado, como mil anos antes (Lima, 1914, p. 18)⁷.

A maior aproximação das análises de Adolfo Lima e de Carmina Ferreira é de que um ensino da História nesses moldes serve para fomentar e naturalizar a guerra. Ele ministrou sua palestra em 8 de abril de 1914, cerca de três meses antes do início da Primeira Guerra Mundial. Ela, em 7 de fevereiro de 1935, vivenciando as circunstâncias que no ano seguinte desembocariam na Guerra Civil Espanhola e, poucos anos depois, na Segunda Guerra Mundial. Ambos propuseram um ensino da História que evitasse apresentar a guerra como algo desejável, correto, heroico e natural. Para tanto, evitaram as abordagens baseadas nos Estados Nacionais como protagonistas da história, substituindo-a pelo conceito de Humanidade.

⁷ Para a compreensão do papel educacional de Adolfo Lima em Portugal nas primeiras décadas do século XX, é imprescindível consultar os trabalhos de António Candeias (1995), de Luiz Carlos Barreira (2006) e de Joaquim Pintassilgo (2017).

Mas as semelhanças terminam aí. As referências teóricas de ambos são distintas. Adolfo Lima defendeu o ensino da História como subordinado e derivado do ensino da Sociologia. Carmina Ferreira não chegou a tanto. A visão dela de ensino da História se aproximava do que hoje se denomina como história do cotidiano, com protagonistas vindos do povo⁸.

Na pesquisa para o presente artigo, cogitou-se a possibilidade de Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira ter sido influenciada pela abordagem contida nos livros didáticos de ensino de História elaborados pelo seu pai, Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira (1933, 1935*). Não deve ter sido coincidência ambos se dedicarem, no mesmo período, a refletir sobre o ensino da História. No caso de Fernando Palyart Ferreira, em publicar dois livros didáticos de História. O primeiro, de 1933, é livro de exercícios, no qual os alunos deveriam preencher as lacunas de trechos de textos sobre a história de Portugal. O segundo, de 1935, é livro didático de História para o ensino primário. Tem linguagem acessível e escrita não prolixa, pois almejava ser compreensível por crianças no início de seus estudos escolares. Contudo, não dá para traçar paralelos ou aproximações entre os conteúdos desses dois livros didáticos de Fernando Palyart Ferreira e o teor da conferência de sua filha. Três anos depois de sua exoneração compulsória da Casa Pia de Lisboa, em maio de 1935, Fernando Palyart Ferreira (1938) publicou sob o pseudônimo de Manuel Fernandes um livro de orientação ao professor no planejamento de suas atividades escolares, denominado *A minha escola: breve guia do professor*. Esse livro foi bem-sucedido editorialmente, tendo algumas reedições em anos seguintes. Essas três obras encontram-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. A trajetória de Fernando Palyart Ferreira será abordada mais adiante neste artigo.

Quais as primeiras consequências à conferência de Carmina Ferreira? Segundo Moreirinhas Pinheiro (2001, p. 66, grifo do autor), a repercussão imediata resultou que:

Em 5 de abril de 1935, a Direção Geral do Ensino Primário enviou à Direção da Escola do Magistério Primário de Lisboa a circular nº. 12, sobre Conferências Pedagógicas, na qual se recomenda que “os diretores devem exercer censura nas conferências tanto dos professores como dos alunos”.

No que se refere à censura, o pequeno livro da Carmina Ferreira entrou para o rol dos livros censurados em 1935. Sua publicação e circulação foram então proibidas em Portugal (Alvim, 1992).

⁸ Para uma comparação mais detalhada das duas conferências, as íntegras dos textos da Carmina Ferreira e do Adolfo Lima podem ser acessadas [neste link](#).

ALFREDO PIMENTA E O ENSINO DA HISTÓRIA NO ESTADO NOVO

Em 12 de março de 1935, pouco mais de um mês após a conferência de Carmina Ferreira, o historiador citado criticamente nessa ocasião, Alfredo Pimenta, escreveu a Abílio Meireles, Diretor da Escola do Magistério Primário de Lisboa⁹. No dia seguinte, Meireles respondeu:

[...] cumpre-me informá-lo de que esta escola já tencionava tornar pública a sua opinião sobre a conferência. Mas não por meio de nota oficial ou oficiosa, visto não poder sem autorização ou determinação superior fazer publicar notas que se refiram à vida interna da escola. O que tencionava era publicar o texto da conferência do professor de Didática, Senhor Doutor Manuel Múrias, sobre o tema da conferência da aluna Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira. [...] O que, porém, devo reiterar a V. Excia. é que o interesse da escola está, precisamente, em que se não confundam os seus pareceres quanto à didática da história de Portugal no ensino primário e particularmente quanto ao livro de V. Excia. com os da aluna Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira¹⁰.

A direção da Escola defendeu que Manuel Múrias, intelectual próximo a Alfredo Pimenta, é quem era a referência do ensino da História na instituição. Apresentava a palestra de Carmina Ferreira como ponto de vista pessoal dela.

Em 15 de março de 1935, Abílio Meireles convidou a Alfredo Pimenta para a palestra do professor da Escola do Magistério Primário de Lisboa, o historiador Manuel Múrias¹¹, com o mesmo título da palestra da Carmina Ferreira:

Realizando-se nesta escola amanhã, 16 do corrente, pelas 16 horas a conferência sob o tema o “Ensino da História”, a que aludi na minha última carta para V. Excia., tenho a honra de o convidar a assistir a essa conferência que será feita pelo professor desta escola Sr. Dr. Manuel Múrias.

⁹ Essa carta não foi localizada. A pesquisa documental referente a Alfredo Pimenta seguiu a mesma trajetória descrita na introdução do atual artigo.

¹⁰ As duas cartas de Abílio Meireles a Alfredo Pimenta estão preservadas no Arquivo Municipal de Guimarães, cidade natal do historiador. É atualmente denominado Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

¹¹ Na década de 1920, Manuel Múrias participou ativamente do Integralismo Lusitano. Em 1933 abandonou o Movimento Nacional Sindicalista, de Francisco Rolão Preto, aderindo ao salazarismo e à União Nacional. Para detalhes biográficos, pode-se consultar João Branco (2016a).

Essa palestra de Manuel Múrias serviria de desagravo a Alfredo Pimenta. Não foi possível descobrir se ele compareceu. O teor dessa palestra não foi preservado. No entanto, aparentemente não foi o suficiente, pelo desfecho dado ao caso.

Mas quem era o tão influente e temido historiador Alfredo Pimenta?

Segundo o verbete de João Branco (2016b, pp. 1-4) para o *Dicionário de historiadores portugueses*:

Alfredo Pimenta foi das figuras mais irreverentes da primeira metade do século XX português, pela tendência para o confronto de ideias de forma abrasiva e, em especial, pela não-linearidade doutrinária, que o levaram a envolver-se não poucas vezes em polémicas acesas com figuras dos mais diversos campos políticos e culturais. [...] Nomeado de forma efêmera vogal da Comissão Central do Conselho Superior de Instrução Pública (entre 1933 e 1936), será, durante vários anos, conservador na Torre do Tombo. [...] No início dos anos 30 aproxima-se do Estado Novo, atraído pela figura de Salazar, com que se corresponderá frequentemente até ao final da vida. [...] Já perto dos 50 anos iniciará a publicação dos primeiros trabalhos historiográficos significativos, maioritariamente centrados no âmbito da história medieval. Destaque para os *Estudos filosóficos e críticos* (1930), para os *Vínculos portugueses* (1932), para os *Elementos de história de Portugal* (1934, proposta de manual para o ensino liceal com diversas edições nos anos seguintes), e para a primeira série dos *Estudos históricos – biblioteca de revisão histórica* (de um total de 25, publicadas entre 1936 e 1949), mas também para *Subsídios para a história de Portugal – textos e juízos críticos* (1937) e, mais tarde, *Idade Média* (1946) ou *Fontes medievais da história de Portugal* (1948).

Há vários estudos biográficos sobre Alfredo Pimenta. Desde um resgate recente da sua perspectiva política autoritária, feita pela atual extrema-direita portuguesa, como em Alberto de Araújo Lima (2020). Ou obras mais ponderadas, como as de João Barroso da Fonte (2001, 2005) ou de Filipe Alves Moreira (2013). A análise contextualizada do pensamento político de Alfredo Pimenta, feita por Luís Reis Torgal (2009), é bastante esclarecedora. Contudo, todas são unânimes num ponto: Alfredo Pimenta era apoiador entusiasta de Oliveira Salazar no início do Estado Novo e antidemocrata convicto, expressando explicitamente tal postura em seus escritos jornalísticos da década de 1930.

Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira conhecia o ideário político de Alfredo Pimenta quando fez a breve crítica ao seu recente livro. *Elementos de história de Portugal*, obra de Alfredo Pimenta (1935a) destinada ao ensino secundário, era elogiada pela imprensa de então. Cerca de um mês antes da palestra de Carmina

Ferreira, a primeira página do *Diário de Lisboa*, de 04/01/1935, trazia como destaque o artigo ‘A história’:

O aparecimento da “História de Portugal”, de Alfredo Pimenta, fez compreender a muita gente, habitualmente distraída, que o ensino da história tem uma importância primacial na formação das novas gerações. Não é assunto para ser descurado nem para ser entregue às turbulências sectárias. [...] Entregá-la [a história] às fúrias do jacobinismo ou às do reacionarismo, sem respeito pela nobreza original duma raça que, mesmo nos seus erros e nas suas catástrofes, não se confunde com qualquer outra, seria o mesmo que confiar a qualquer demente a guarda dum tesouro precioso (A história, 1935a, p. 1, grifo do autor).

No final de 1934, Alfredo Pimenta havia enviado ao próprio Salazar a primeira edição do *Elementos de história de Portugal*. Em carta de 26/10/1934, Alfredo Pimenta afirmou que:

É com todo o prazer que envio este livro a V^a. Ex^a. Porque ele, sem exclusão de seus defeitos, é o meu melhor livro. E é com pena que lhe deixo nas suas mãos – porque prezando acima de tudo os juízos de V^a. Ex^a., sei que os não posso ter, porque a V^a. Ex^a. lhe é vedado distrair-se das suas preocupações de Governante, tão altas e múltiplas – para se demorar a ler as páginas do meu trabalho. Mas magoar-me-ia que V^a. Ex^a. não fosse das primeiras das raras pessoas a quem ofereço a minha obra (Pimenta, 1934a, p. 30).

Como Salazar nada lhe comunicou, no início de novembro de 1934, Alfredo Pimenta cobrou uma resposta a Salazar:

Há dez dias enviei para a casa de V^a. Ex^a. um exemplar dos meus *Elementos de história de Portugal*, recentemente publicados. [...] Muito me obsequiaria se fizesse o favor de me mandar dizer se lhe foi parar às mãos ou se se perdeu (Pimenta, 1934b, p. 31).

Em 18/11/1934, Salazar agradeceu o envio do livro (Pimenta, 1935c). Na carta seguinte a isso, embora negue, é possível inferir como Alfredo Pimenta barganhava o que escrevia sobre Salazar. Naquela ocasião, havia sido um pagamento indireto por Salazar ter-lhe conseguido o recente cargo como Conservador, nos Arquivos da Torre do Tombo:

V^a. Ex^a. nada tem que me agradecer; nem o envio dos livros, nem aquilo que de agradável possa escrever sobre V^a. Ex^a. Os meus livros envio-lhes como prova de gratidão pela parte com que concorreu para a minha colocação na Torre do Tombo. O que escrevo sobre V^a. Ex^a. é a tradução pura do meu pensar. E eu seria indigno de mim próprio e de V^a. Ex^a. se pusesse nas minhas palavras qualquer espécie de lisonja, ou a mais leve deformação do meu pensamento (Pimenta, 1935b, p. 33).

Na carta imediatamente anterior a essa, Alfredo Pimenta havia pedido a Salazar um cargo para o seu filho no Ministério da Instrução. Não foi documentado se Salazar conseguiu também tal emprego público, o que poderia render outras palavras lisonjeiras na imprensa ou em livros por parte do pai agradecido. Essa barganha cínica perdurou. Em 1937, quando debatia com Salazar a publicação de seu livro *Nas vésperas do Estado Novo*, Alfredo Pimenta (1937, p. 51) lhe escreveu:

É sina dos Governantes preferirem os que os adulam aos que os amam. Eu, porém, se fosse Governante gostaria mais de ter um amigo do meu feitio, a cem dos que adulam V^a. Ex^a. O que me prende a V^a. Ex^a. é, além da comunhão dos princípios, a admiração sincera pela sua inteligência – e não os favores que lhe deva ou que deseje dever-lhe.

Quando do lançamento da primeira edição, em 1934, do *Elementos de história de Portugal*, o livro recebeu diversas críticas negativas. Como manual didático para o Ensino Secundário, era muito longo, cerca de 560 páginas, e tinha grande quantidade de citações em latim. Então, com prefácio datado em 30 de janeiro de 1935, Alfredo Pimenta publicou uma resposta, de 111 páginas, a tais críticas, denominada *Os meus “Elementos de história de Portugal” e a crítica*¹². Numa parte desse livro, dirigindo-se nominalmente a Manuel Múrias, professor de Carmina Ferreira na Escola do Magistério Primário de Lisboa, Alfredo Pimenta (1935c, p. 52) criticou o ensino da História em escolas secundárias:

Devemos sujeitar o ensino da História pátria à má preparação dos estudantes, agravando-a, legitimando-a, tornando-a crônica, ou devemos preparar os estudantes para determinada forma de se lhe ensinar a História pátria? Se me provassem que os meus *Elementos de história de Portugal* ultrapassavam a capacidade intelectual, compreensiva, normal dos estudantes da 4^a. e 5^a. classe dos Liceus, então aceitava a censura. Mas não é isso que me objetam, nem podiam objetá-lo, porque no meu livro não há transcendências,

¹² Existe estudo detalhado sobre essa obra feito por Alesson Ramon Rota (2018).

filosofias, acrobacias metafísicas. Há fatos, acompanhados das suas fontes justificativas, sugestões de interpretação, ou conclusões nítidas logicamente induzidas. Não estão, os estudantes, preparados para o meu livro, e estão preparados para ouvir discretamente, e discorrer eles próprios, sobre o Materialismo histórico e o Marxismo?

A resistência dos professores do Ensino Secundário ao seu livro, na visão de Alfredo Pimenta, devia-se ao marxismo como teoria histórica introjetada nas abordagens do ensino da História nos Liceus portugueses. Sua obra tinha o propósito de conter e sanar tal perspectiva materialista da História. Com a aprendizagem marxista da História, os alunos secundaristas transformavam-se em “[...] monstros verdadeiramente perigosos” (Pimenta, 1935c, p. 53):

Os processos fáceis, leves e doces criaram já gerações de monstros verdadeiramente perigosos para o futuro da *Intelligentsia* portuguesa. Muito atrevidos, muito malcriados, muito grosseiros, muito ignorantes, e muito loquazes, eis como nos aparecem os *representativ men* destas últimas quatro ou cinco gerações chegadas à vida social. E já nas escolas primárias, secundárias e superiores se espalham elementos dessas gerações – tornando irrespirável a atmosfera do futuro.

A publicação desta crítica incisiva ao ensino da História sob a complacência de Manuel Múrias é praticamente simultânea à palestra de sua aluna, Carmina Ferreira. Datam de poucos dias de diferença. Daí a ira exacerbada que a *representativ woman*, Carmina Ferreira, ‘monstro verdadeiramente perigoso’, causou em Alfredo Pimenta.

Há uma incógnita bastante nebulosa no desenlace desse embate desigual, que resultará na expulsão da Carmina Ferreira da Escola do Magistério Primário de Lisboa. Por que seu pai, Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira, também pagou por isso? Quais os motivos que levaram, quase simultaneamente à expulsão de sua filha, ele ter sido exonerado, em 14/05/1935, da direção do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa? O final de uma entrevista de Alfredo Pimenta ao *Diário de Lisboa*, publicada em 03/05/1935, onze dias antes de tal punição, talvez dê indícios disso:

Alfredo Pimenta: Tal árvore, tal fruto. Tal pai, tal filho. Duma mocidade inculta e pedante que nem sequer tem pelos seus camaradas mais velhos o respeito vulgar que a diferença de idade impõe [Carmina Ferreira tinha então 23 anos; Alfredo Pimenta, 52 anos]; duma mocidade que confunde o iconoclastismo próprio dos moços, com a grosseria imprópria de inteligências; duma mocidade que se esgota a gritar que a hora é dos novos, sem refletir, ao menos,

na incongruência do grito; de uma mocidade que chega, ainda cheirosa aos cueiros, e já com pretensões a dominadora do tempo; de uma mocidade que não estuda, não trabalha, e, habituada aos explicadores no Liceu, continua necessitada de explicadores pela vida fora, pois é incapaz dos sacrifícios silenciosos e permanentes; duma mocidade assim, que há de esperar, se ela não se deixa vencer pela humildade que é a maior virtude do sábio? (O dr. Alfredo Pimenta..., 1935b, p. 6).

Tal árvore, tal fruto. Tal pai, tal filho. Não se localizou fonte documental, principalmente o processo de expulsão de Carmina Ferreira, para saber como Fernando Palyart Ferreira agiu em defesa da filha. É pena! Relacionado ao pai de Carmina Ferreira, existe um dado muito obscuro na vida profissional de Alfredo Pimenta. Em toda sua trajetória intelectual, há uma atuação sua que se distancia completamente das demais. Alfredo Pimenta foi o tradutor da edição portuguesa do livro de João Demoor (1922) intitulado *As crianças anormais e o seu tratamento educativo em casa e na escola*¹⁵ Foi exatamente em 1922 que Fernando Palyart Ferreira foi nomeado para a direção do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, onde boa parte dos temas abordados por João Demoor estava sendo colocada em prática. Devido a essa publicação e ao cargo recém-assumido, é provável que Alfredo Pimenta e Fernando Palyart Ferreira tenham se conhecido no início dos anos 1920. A vida intelectual lisboeta envolvendo uma temática específica como essa não era tão ampla assim. Quais foram as percepções, ações e interações mútuas nos anos seguintes? Não há dados sobre isso.

O principal estudioso da atuação de Fernando Palyart Ferreira é João Pedro Fróis (1994, 2003). Pesquisas sobre o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, posteriormente rebatizado como Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, diretor que antecedeu a Fernando Palyart Ferreira, tangenciaram o desempenho desse último na instituição, como na dissertação de Teresa Maria Farto Faria de Sousa (2002). Há uma bela homenagem póstuma prestada por um amigo, no caso, Fidelino de Figueiredo (1961). Para compreender como as ideias de Fernando Palyart Ferreira foram influenciadas internacionalmente, existe uma pesquisa erudita sobre sua viagem à França, elaborada por Cláudia Pinto Ribeiro (2010). Contudo, nenhum desses

¹⁵ Jean Demoor nasceu em 1867 em Etterbeek, na Bélgica, e morreu em 1941, em Bruxelas. Foi médico e educador, organizador das primeiras escolas de educação especial na Bélgica (1897). Entre 1899 e 1937, Demoor foi professor de Fisiologia na Faculté de Médecine da Université de Bruxelles e médico-chefe da Escola de Anormais de Bruxelas. Foi um defensor do interesse público relativamente às crianças portadoras de deficiência e da criação de instituições especiais para elas (Écoles de la ville de Bruxelles pour les enfants arriérés). Propôs um sistema de atividades escolares para as crianças com deficiência mental, reduzindo-lhes os conteúdos abstratos. Escreveu várias obras sobre o ensino e sobre a classificação das crianças com deficiência, incluindo neste grupo aquelas pedagogicamente negligenciadas (Boné & Bonito, 2013, p. 5.452).

estudos apresenta conexões de Fernando Palyart Ferreira com Alfredo Pimenta. Em meados da década de 1930, no que convergem as atuações de ambos?

Fernando Palyart Ferreira e Alfredo Pimenta eram contemporâneos. Tinham quase a mesma idade. Nos anos 1930, o que os aproximava era a tentativa de entrar no lucrativo mercado de livros didáticos de História. Fernando Palyart Ferreira (1933, 1935*) publicou dois livros didáticos de História, para alunos do Ensino Primário. Alfredo Pimenta (1935a) disputava a primazia na autoria de livro didático de História para o Ensino Secundário. Em 1922, Alfredo Pimenta, como tradutor de livro, tentara adentrar a área sob direção institucional de Fernando Palyart Ferreira. Isso ocorrera durante a democracia liberal da República. Não são conhecidos os resultados dessa empreitada, mas Alfredo Pimenta nada mais publicou sobre essa temática. Agora, no Estado Novo, é Fernando Palyart Ferreira que quer adentrar a área disputada acirradamente por Alfredo Pimenta? E ainda tem uma filha que o destrata publicamente em plena Escola do Magistério Primário de Lisboa? É provável que na perspectiva de Alfredo Pimenta fosse necessário dar um basta exemplar nessa situação.

Contemporaneamente aos fatos, quem fez a melhor análise de tais acontecimentos foi o jornal clandestino do Partido Comunista Português. Segundo o *Avante!*:

A brutalidade da ditadura fascista chegou ao seu ponto mais elevado; os seus efeitos atingem tudo e todos. À concepção da mobilização totalitária da massa para a guerra, corresponde a dispersão do ataque por todos os campos de atividade do país. Não são, só o proletariado industrial e agrícola, os pequenos camponeses e os pequenos produtores que sofrem a opressão econômica e política; são, também, os estudantes, os intelectuais, todos enfim que querem pensar fora da “Política do Espírito”, perseguidos pela reação medieval fascista. É preciso que os corpos obedeam, é necessário, portanto, que os espíritos não sejam perturbados por quaisquer doutrinas denunciadoras do caráter bárbaro da cultura (?) fascista do nacionalismo estúpido e assassino da ditadura! Por isso se arregimentam os literatos falidos, se espiam os professores de espírito livre e se perseguem os alunos cujas manifestações intelectuais e morais mostrem que virão a ser professores esclarecidos (Pedagogia e fascismo, 1935, p. 4, grifo do autor).

Não é difícil identificar quem é o literato falido, o professor de espírito livre e o aluno que poderia ter sido um professor esclarecido. Na sequência, o periódico comunista trata diretamente do caso de Carmina Ferreira:

Vem isso acerca dum folheto, que nos chegou às mãos, intitulado “O ensino da História”. É sua autora Carmina Pinto Ferreira, ex-

aluna da Escola de Habilitação para o Magistério Primário, de Lisboa; e ex-aluna porque a matéria do opúsculo foi motivo suficiente para a sua expulsão daquela Escola, sob invocação dum artigo do seu regulamento que determina tal castigo para os que revelem “deficiências morais para o exercício do ensino”¹⁴. Analisemos, rapidamente, a matéria que motivou tal decisão que arrancou definitivamente à sua autora, a possibilidade de seguir uma profissão que tão devotadamente iria exercer. “No ensino da história (nas escolas do país) – afirma Carmina Pinto Ferreira – não há pedagogia, não há verdade, nem moral, porque não se defendem nem respeitam os mais sagrados princípios humanitários”. A seguir denuncia os efeitos nefastos do ensino da história, na educação social; mostra como é falso o conceito da história “que enaltece os feitos dos nossos em detrimento dos feitos dos outros; a história que defende o assassinio e o roubo quando foi cometido pelos nossos”. Propõe antes, que se estudem os fatos materiais que condicionem a melhoria de viver dos homens e se deixe a história de reis e batalhas, como questão exclusiva do ensino da história, porque, assim o ensino da história não forma o caráter, não instrui: porque enaltece a conquista, defende a guerra e glorifica o guerreiro. “É um crime de lesa humanidade”. Evidentemente que, nas ideias expostas, nada há que possa ir contra a visão orgânica da burguesia. Todas elas a autora o diz, foram assimiladas das de bons tratadistas da matéria, burgueses todos eles. Que há então? Que pode neste depoimento haver, que seja contra a sociedade fascista? – A denúncia implacável dos métodos com que se bestializa nas consciências das crianças com uma permanente excitação a ideia da guerra (Pedagogia e fascismo, 1935, p. 4, grifo do autor).

A conclusão do periódico do Partido Comunista é contundente. Carmina Ferreira escreveu um trabalho honesto. Contudo, todas suas referências teóricas são anteriores à eclosão do fascismo na Europa. A cultura liberal-democrata da qual Carmina Ferreira era exemplar fora abandonada pelo fascismo. A burguesia, sob o fascismo, promovia uma cultura militarista, bélica, imperialista. A perspectiva de Carmina Ferreira era incompatível com o rearranjo autoritário que o fascismo operava na sociedade:

Não tenha a Carmina Pinto Ferreira ilusões. A honestidade que põe no seu trabalho é incompatível com a sociedade fascista, porque incompatível com a sociedade burguesa de 1935 que não tem soluções

¹⁴ Trata-se do Art. 39º do Decreto nº 21.695, de 19/09/1932, que normatizava o funcionamento das Escolas de Formação para o Magistério Primário em Portugal: “Será anulada a matrícula por despacho do diretor geral do ensino primário, de que é admitido recurso para o Ministro, dos alunos que por graves defeitos morais, espírito de rebelião ou indisciplina, se mostrarem inconvenientes para o exercício do magistério” (Decreto nº 21.695, 1932, p. 1.966).

diferentes políticas, e não as pode ter culturais. Veja os autores que considera seus Mestres. Verifique-lhes as datas. São todos anteriores ao período do fascismo, da preparação da guerra que esmague os trabalhadores que lutam contra a opressão fascista. “Ditadura ou comunismo” – dizem os ditadores. Esta é a única verdade dos inimigos da Verdade. Por isso nós proclamamos: ou pela burguesia e, então, pela guerra, pela rapina imperialista, pela opressão intelectual e moral, pela exploração e pela fome; ou pelo proletariado, pela libertação dos camponeses pobres, por uma nova vida às classes médias e, então, em luta contra a guerra e o fascismo, pela revolução popular anti-fascista, pelo Comunismo e pela verdadeira Cultura Humana (Pedagogia e fascismo, 1935, p. 5, grifo do autor).

No ano seguinte, o desfecho do enredo aqui tratado foi trágico. Alfredo Pimenta mostrou diretamente a Salazar seu desprezo pela formação de professores para o Ensino Primário:

Programa simples, livros simples, isto é, claros na doutrina, precisos na finalidade. Pessoal? Onde o houver. Há por aí muito desempregado que sabe ensinar a ler, escrever e contar. Para agora, deixemos as pedagógicas complicadas. O que é preciso é arrancar o espírito das crianças ao mal que as devora e as espera. Menos discursos e mais atos (Pimenta, 1936a, p. 44)

Lidando com informações privilegiadas, Alfredo Pimenta negociou diretamente com Salazar para que seu livro didático fosse transformado em livro único de História¹⁵, para o Ensino Secundário:

Recebi da Direção-Geral da Instrução Secundária, a informação “confidencial” relativa a livros, que transcrevo: “o ministro projeta inserir na Reforma uma disposição que declara caducas todas as aprovações. Ou os Conselhos ficam com liberdade de escolher livros para o próximo ano, ou o Ministro por despacho regulará o assunto como entender”. Veja V^a. Ex^a.: a 15 dias da abertura dos liceus, estamos nisto: e outro ano com os detestáveis compêndios escolares a formar espíritos! (Pimenta, 1936a, p. 46, grifo do autor).

O Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, decidiu ele próprio definir o livro único de História para o Ensino Secundário. Obviamente, a obra escolhida foi a de Alfredo Pimenta:

¹⁵ Para acompanhar a trajetória de criação do livro didático único em Portugal, pode-se consultar o trabalho de Afonso e Almeida (2013). Sobre os livros de História no Estado Novo, recomenda-se a obra de Maria Manuela Carvalho (2005).

A Junta de Educação Nacional, por intermédio da sua seção respectiva, deu o seu Parecer sobre os meus *Elementos de história de Portugal*. Fui a Lisboa, há dias, e li o Parecer. É francamente favorável à sua adoção como livro único de ensino secundário. Tão lisonjeiro é para mim, que pedi já que me dessem cópia dele, para justificação da minha obra, e dos meus pontos de vista (Pimenta, 1936b, p. 47).

Na parte final dessa mesma carta, Alfredo Pimenta, como sempre negando, invertendo o que queria realmente dizer, comemorou com Salazar os lucros financeiros que tal monopólio de autoria do livro didático único de História para o Ensino Secundário em todo o Portugal vai lhe trazer:

Cada edição de 2.000 exemplares pode dar-me 9 contos¹⁶. Não. Não é o interesse material que me faz falar: se tal fosse, sujeitar-me-ia reverente e submisso às impertinências: é o interesse moral e espiritual das gerações moças que me leva a escrever esta carta a V^a. Ex^a (Pimenta, 1936b, p. 48).

Provavelmente confirmando as conexões aqui tratadas, o decreto aguardado por Alfredo Pimenta sobre livros didáticos é o mesmo que, na prática, gradativamente, vai fechar as escolas de formação de professores primários em todo o país. Trata-se do famigerado Decreto-lei 27.279, de 24/11/1936:

Art. 15º - É declarada a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário, e o Ministro da Educação Nacional adotará, sem dependência de qualquer formalidade, as soluções transitórias que se tornarem necessária para o ano letivo de 1936-1937 (Decreto-lei 27.279, 1936, p. 1.511).

¹⁶ 9 contos eram 9.000\$00. Como comparativo, para ter noção do quanto isso valia, o *Diário do Governo*, n. 305, p. 1.708, de 30/12/1936, publicou o Decreto 27.412, de contratação de profissionais para a Santa Casa de Misericórdia e para o Hospital Loulé. Apresenta a tabela dos vencimentos ANUAIS dos contratados: Enfermeira – 1.200\$00; Enfermeiro-Chefe – 7.200\$00; Ajudante do Secretário – 1.800\$00. Na mesma edição, foi publicada a Portaria 8.582, do Ministério da Justiça, com a contratação de um médico. Seus vencimentos ANUAIS eram de 10.800\$00.

No mesmo Decreto-lei:

Art. 7º - Relativamente às escolas do magistério primário, observar-se-á o seguinte: 1º - Não haverá este ano matrícula na 1ª classe das escolas do magistério primário, tanto oficiais como particulares (Decreto-lei 27.279, 1936, p. 1.511).

Tal suspensão de matrícula perdurará até 1942.

Este Decreto-lei também trazia algo inusitado, que interferia na vida privada das professoras. Ele normatizava como e com quem elas podiam se casar:

Art. 9º - O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes: 1º - Ter o pretendente bom comportamento moral e civil; 2º - Ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora (Decreto-lei 27.279, 1936, p. 1.511).

Esse último aspecto aqui apontado não era tema privilegiado da investigação que resultou no atual artigo. Requisita pesquisa específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola do Magistério Primário de Lisboa passou por embates decisivos no início do Estado Novo. O caso da expulsão da Carmina Ferreira foi um deles. Os autoritários no poder tentaram enquadrar a escola, mas, aos seus olhos, não o conseguiram suficientemente. Portanto, no ano seguinte aos acontecimentos aqui narrados, esta escola, e suas congêneres em outras partes do país, foram, na prática, gradativamente fechadas por seis longos anos:

No entanto, a preservação do espírito republicano [...] e a permanência dos professores que de alguma maneira o personificavam, conduziu o ministro Carneiro Pacheco, em 1936, a uma opção mais radical, a suspensão das matrículas o que, na prática, ditou um encerramento, ainda que provisório, dessas escolas (Pintassilgo, 2018, p. 77).

O decreto-lei [27.279, de 24/11/1936], subscrito por Carneiro Pacheco, que suspende as matrículas nas Escolas do Magistério Primário define, também, o modelo escolar adequado à missão do ensino primário elementar, apresenta como um “ideal prático e

cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”. A desvalorização da qualificação profissional e do respectivo diploma implicava a da própria formação que o antecedia. Este texto de 1936, que também refere o dever de se acabar com o “estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança”, prescrevia uma dimensão de conformidade moral e política que se procurou generalizar ao corpo docente do ensino primário e normal (Pintassilgo & Mogarro, 2015, pp. 222-223, grifo do autor).

Reformadas em 1942, e dotadas de novos programas em 1943, as Escolas do Magistério Primário reabririam as suas portas já mais adaptadas, em termos políticos e pedagógicos, aos novos tempos conservadores que então se viviam (Pintassilgo, 2018, p. 77).

O futuro da Escola do Magistério Primário de Lisboa, sua parcial repulsa a uma visão autoritária da História e, portanto, de aversão a uma sociedade não democrática e o destino de seus alunos estavam conectados. Ao bajular Salazar e cumprir o papel de intelectual representante do Estado Novo, Alfredo Pimenta conseguiu o que pretendia. Seu livro, criticado por Carmina Ferreira por representar o avesso de sua visão do que deveria ser o ensino da História, tornou-se o livro único de História do Ensino Secundário português por muitos anos. Aos perdedores, o ostracismo. Carmina Ferreira foi expulsa de sua escola e seu pai exonerado da direção do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa. Que servisse de lição a quem cogitasse afrontar os autoritários donos do poder no Estado Novo.

Infelizmente, não se obteve informações sobre a vida posterior de Carmina Ferreira. Há vaga, mas incerta, notícia de que conseguiu empregar-se como funcionária dos Correios de Portugal. Se algum parente seu ler o atual texto, por favor, entre em contato com o autor, pois há o desejo de localizar e levar flores a sua tumba, como homenagem póstuma. Este artigo é outra maneira de assim também fazê-lo.

REFERÊNCIAS

Afonso, J. A. M. M., & Almeida, I. B. S. (2013) *Os manuais e a reforma do ensino liceal de 1936 em Portugal. Um prólogo para a história do manual único* [Actes]. VI Colloque International Enseignement et identités culturelles dans les pays d'Europe du Sud: Espagne, France, Italie, Portugal, XXe-XXIes, Paris.

Alvim, M. L. (1992) *Livros portugueses proibidos no regime fascista: bibliografia*. Universidade do Minho.

Ardigò, R. (1903) *La scienza dell'educazione*. Fratelli Drucker.

Barreira, L. C. (2006) A função social da escola na ótica de Adolfo Lima, um educador português anarco-sindicalista. *Série-Estudos: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCD*, (22), 193-204.

Boné, M., & Bonito, J. (2013) *Conceitos e práticas na educação da criança diferente: uma perspectiva evolutiva* [Atas]. XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicologia, Braga.

Branco, J. (2016a). Múrias Jr., Manuel Maria. In S. C. Matos (Org.), *Dicionário de historiadores portugueses*. Centro de História da Universidade de Lisboa.
<https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/murias.pdf>

Branco, J. (2016b). Pimenta, Alfredo Augusto Lopes. In S. C. Matos (Org.), *Dicionário de historiadores portugueses*. Centro de História da Universidade de Lisboa.
<https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/murias.pdf>

Candeias, A. (1995). Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima. In A. Candeias, A. Nóvoa, & M. H. Figueira. *Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)* (pp. 43-64). EDUCA/Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação / Universidade de Lisboa.

Carvalho, M. (2005). *Poder e ensino: os manuais de história na política do estado Novo (1926-1940)*. Livros Horizonte.

Celeste Filho, M. (2022). A Escola Nova autoritária proposta nos primórdios do Estado Novo em Portugal. *Revista Brasileira de História da Educação*, 22(e238), 1-40.
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e238>

Demoor, J. (1922). *As crianças anormais e o seu tratamento educativo em casa e na escola* (Alfredo Pimenta, trad.). Portugal-Brasil Editora.

Decreto nº 21.695, de 19 de setembro de 1932. (1932). *Diário do Governo*, n. 229, pp. 1.963-1.970. Trata-se da normatização do funcionamento das escolas de formação para o magistério primário em Portugal. Agradeço novamente a Nuno Martins Ferreira por ter me chamado a atenção para essa legislação.

Decreto-lei nº 27.279 de 24 de novembro de 1936. (1936). *Diário do Governo*, n. 276, pp. 1.510-1.511.

O dr. Alfredo Pimenta num sensacional depoimento. (1935b, 03 de maio). *Diário de Lisboa*, p. 6 do Suplemento literário.

Ferreira, C. S. C. P. (1935). *O ensino da História*. Livraria Ferin.

Ferreira, F. A. P. P. (1933). *História de Portugal: exercícios*. Edições Paulo Guedes.

Ferreira, F. A. P. P. (1935*). *Pequeno breviário da história de Portugal*. Imprensa Lucas.

Ferreira, F. A. P. P. (1938). *A minha escola: breve guia do professor*. Livraria Avelar Machado.

Ferreira, N. M. (2017a). Um tempo de expectativa e de renovação: a instalação da Escola Normal Primária de Lisboa, em Benfica (1916-1930). In L. G. Correia, R. Leão, & S. Poças (Orgs.), *O tempo dos professores* (pp. 131-146). Universidade do Porto.

- Ferreira, N. M. (2017b). Professor José Eduardo Moreirinhas Pinheiro (1923-2017): um percurso biobibliográfico. *Da Investigação às Práticas*, 7(1), 91-111. <https://doi.org/10.25757/invep.v7i1.104>
- Ferreira, N. M., Estrela, A., Valente, B., & Covelo, R. (Orgs.). (2018). *O edifício da Escola Superior de Educação de Lisboa: 100 anos a formar professores (1916-2016)*. Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais.
- Figueiredo, F. (1961). Elogio de um nobre educador: carta a um amigo. *Revista de Guimarães*, 71(1-2), 108-114.
- Fonte, J. B. (2001). Perfil biográfico de Alfredo Pimenta. *Revista de Guimarães*, (111), 89-101.
- Fonte, J. B. (2005). *Alfredo Pimenta: da práxis libertária à doutrinação nacionalista*. Cidade Berço.
- Fróis, J. P. (1994) *Contributo para a história da educação dos deficientes mentais em Portugal: os primeiros oitenta anos de seu desenvolvimento* [Dissertação de mestrado]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Fróis, J. P. (2003). Ferreira, Fernando Alfredo Palyart Pinto. In A. Nóvoa (Org.), *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 544-548). Edições ASA.
- A história. (1935a, 04 de janeiro). *Diário de Lisboa*, p. 1.
- Horta, J. S. B. (2008). A educação na Itália fascista: as Reformas Gentile (1922-1923). *História da Educação*, 12(24), 179-223. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627130008>

- Horta, J. S. B. (2009). A educação na Itália fascista (1922-1945). *Revista Brasileira de História da Educação*, 9(1), 47-89.
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942009000100003
- Lima, A. (1914). *O ensino da história: comunicação feita perante a Sociedade de Estudos Pedagógicos de Lisboa na sessão de 8 de abril de 1914*. Guimarães.
- Lima, A. A. (2020). *Uma vida, uma voz: Alfredo Pimenta – modo de usar*. Contra-Corrente.
- Mendonça, S. (2014). Os princípios dirigentes da educação intelectual de Herbert Spencer. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, (21), 104-116.
<https://doi.org/10.26512/resafe.v0i21.4633>
- Moreira, F. A. (2013). Alfredo Pimenta. In A. A. Neves (Org.), *Biografias vimaranenses* (pp. 335-374). Fundação Cidade de Guimarães.
- Mucchielli, L. (2001). O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 35-54. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000200003>
- Pedagogia e fascismo. (1935). *Avante! Órgão Central do Partido Comunista Português*, 2(7), 4-5.
- Pimenta, A. (1934a). Carta a Salazar em 26/10/1934. In A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (p. 30). Verbo.
- Pimenta, A. (1934b). Carta a Salazar em novembro de 1934. A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (p. 31). Verbo.

Pimenta, A. (1935a). *Elementos de história de Portugal* (2a ed. cuidadosamente corrigida). Empresa Nacional de Publicidade.

Pimenta, A. (1935b). Carta a Salazar em 1935. In A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (p. 33). Verbo.

Pimenta, A. (1935c). *Os meus "Elementos de história de Portugal" e a crítica*. Edição do Autor.

Pimenta, A. (1936a). Carta a Salazar em setembro de 1936. In S A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (pp. 44-46). Verbo.

Pimenta, A. (1936b). Carta a Salazar em novembro de 1936. In A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (pp. 47-48). Verbo.

Pimenta, A. (1937). Carta a Salazar em 1937. In A. O. Salazar, & A. Pimenta. *Salazar e Alfredo Pimenta: correspondência 1931-1950* (p. 51). Verbo.

Pinheiro, J. E. M. (2001) Conferência polêmica de uma aluna do 3º ano da Escola do Magistério Primário de Lisboa (1935). In J. E. M. Pinheiro. *Notas sobre personalidades e instituições de ensino e da cultura em Portugal* (pp. 61-68). Escola Superior de Educação.

Pinheiro, J. E. M. (2009). Algumas notas sobre experiências e vivências de um professor da Escola do Magistério Primário de Lisboa. In J. Pintassilgo, & L. Serrazina (Orgs.), *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história, memória* (pp. 139-149). Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (2001). A República e o ensino de história: inovações e permanências. In M. C. Proença (Org.), *Um século de ensino de história* (pp. 53-75). Edições Colibri.

- Pintassilgo, J. (Org.). (2012). *Escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória*. Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2017). Anarquismo e Educação Nova em Portugal: o contributo de Adolfo Lima. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(196), 1-13.
- Pintassilgo, J. (2018). A Escola do Magistério Primário de Lisboa durante o Estado Novo: atores, currículo, pedagogia. In N. M. Ferreira, A. Estrela, B. Valente, & R. Covelo (Orgs.), *O edifício da Escola Superior de Educação de Lisboa: 100 anos a formar professores (1916-2016)* (pp. 77-101). Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais.
- Pintassilgo, J. & Mogarro, M. J. (2015). Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário. *Historia y Memoria de la Educación*, (1), 203-238.
<http://hdl.handle.net/10451/31581>
- Pintassilgo, J. & Pedro, L. C. (2012). *O Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa: análise da documentação existente*. IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: rituais, espaços e patrimônios escolares, Lisboa.
- Pintassilgo, J. & Serrazina, L. (Orgs.). (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história, memória*. Edições Colibri.
- Ribeiro, C. P. (2010). Por terras de França: viagem pedagógica de um professor casapiano. *Cultura, Espaço & Memória – CEM*, (1), 249-261.
- Richard, G. (1913). *Pedagogía experimental*. Daniel Jorro Editor.

Rota, A. R. (2018). A operação historiográfica em Meus elementos de história de Portugal de Alfredo Pimenta (1935). In F. F. Varela, & K. Anhezini (Orgs.), *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia* (pp. 13-63). Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

Sousa, T. M. F. F. (2002). *Contributos para a história do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Lisboa.

Spencer, H. (1901) *Educação intelectual, moral e física*. Laemmert.

Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. Universidade de Coimbra

MACIONIRO CELESTE FILHO: Historiador graduado pela USP (1989), mestre e doutor em Educação pela PUC-SP (2002 e 2006), com estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa (2017). Docente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru/SP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UNESP de Marília/SP, e de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da UNESP de Bauru/SP. Dedicou-se à pesquisa na área de História da Educação e de Ensino de História. Membro do GEPCIE, da UNESP de Araraquara/SP.

E-mail: macioniro.celeste@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-8798-9891>

Recebido em: 10.10.2024

Aprovado em: 19.12.2024

Publicado em: 27.02.2025

EDITOR ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Carlos Eduardo Vieira (UFPR)

E-mail: cevieira9@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6168-271X>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: dois convites; dois pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Celeste Filho, M. (2025). Uma aluna secundarista contra o Estado Novo em Portugal: Carmina de Santa Clara Pinto Ferreira e seu embate com Alfredo Pimenta sobre o ensino de História em meados da década de 1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e361. DOI:
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e361>

FINANCIAMENTO:

Este artigo é fruto parcial de pesquisas executadas, em 2017, durante o estágio de pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, sob orientação de Joaquim Pintassilgo, por quem tenho profunda admiração e gratidão. Tais pesquisas deram ensejo ao atual projeto temático, do qual também é resultado parcial, financiado pela FAPESP (2023/00074-6), denominado 'A juventude como novo protagonista no campo educacional em São Paulo no início da década de 1930'. Agradeço profundamente a Nuno Martins Ferreira, da Escola Superior de Educação de Lisboa. Sem as suas contribuições documentais e bibliográficas, tal artigo teria sido inviável. Agradeço também a ajuda de João Pedro Fróis pelas importantes informações sobre os laços familiares da Carmina Ferreira.

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).